

Reportagem de capa

Seca põe foco em construção sustentável

Publicação lançada em evento da Fiesp apresenta diretrizes para uso racional da água, eficiência energética e seleção de materiais

Heraldo Vaz
ESPECIAL PARA O ESTADO

O Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) lançou publicação com diretrizes para uso racional da água, eficiência energética e seleção de materiais. Foram identificados gargalos e desafios com objetivo de balizar políticas públicas, como, por exemplo, programas com enfoque em sistemas hidráulicos, cuja operação e manutenção inadequadas desperdiçam enorme volume de água.

Aspectos da construção sustentável e promoção de políticas públicas é o nome do estudo que aponta “vulnerabilidade hídrica” no Brasil e indica medidas de equilíbrio entre oferta e demanda para que “centros urbanos não se tornem econômica e socialmente inviáveis.”

O presidente do conselho deliberativo do CBCS, Carlos Eduardo Garrocho de Almeida, apresentou o trabalho no 7º Simpósio da Construção Sustentável, com o tema “Práticas de hoje para a construção do amanhã”, realizado semana passada na Fiesp, em São Paulo.

O estudo faz diagnóstico da construção civil. “Nesta primeira etapa, concentrou-se em três áreas: água, que é um cenário importantíssimo, energia e materiais”, disse. “Há recomendações técnicas e propostas de políticas públicas.”

Segundo ele, o documento aprofunda o debate sobre inovações tecnológicas e práticas em canteiros de obras, projetos e planejamento. “A construção precisa tratar de inovação de uma forma diferente. Também é fundamental evoluir na capacitação profissional.”

A eficiência predial reduz a demanda de água para abastecimento da população, de acordo com o CBCS, que propõe substituir equipamentos e modernizar sistemas hidráulicos para eliminar perdas e desperdício.

A Câmara Americana de Comércio (Amcham) construiu reservatórios para captação de chuvas na sua sede, em São Paulo, além de investir em metais economizadores e sistema de irrigação usando águas pluviais. O resultado, segundo a Amcham, é a economia de 35% no consumo de água – cerca de 1,6 milhão de litros por ano. A obra obteve selo Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), certificação sustentável concedida pelo Green Building Council.

Para novos edifícios, segundo o CBCS, é preciso garantir que conceitos de eficiência sejam incorporados. “Sem incentivo e conscientização é complicado esperar que as pessoas compreendam a importância de se construir de modo sustentável”, declarou o vice-presidente de Tecnologia e Qualidade do Sindicato da Habitação (Secovi), Carlos Borges, que participou do simpósio.

“Empresas podem ser estimuladas a participar de projetos de uso racional da água por meio de incentivos fiscais”, afirma o documento do CBCS. “O poder público agira como indutor desses programas.”

No simpósio, a engenheira Monica Porto, professora titu-

**Scenarium Brás Leme.** Residencial com duas torres lançado pela Tarjab tem selo Aqua

lar da Universidade de São Paulo (USP), citou práticas de reúso e instalação de sistemas de medição, com controle de pressão e vazão, para viabilizar a gestão da demanda de água. E sugeriu redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para equipamentos poupadores de água.

Em situações emergenciais como a do Estado de São Paulo, uma medida para tentar controlar

la a escassez de água foi o bônus oferecido pela Sabesp para quem reduz o consumo. “Não é só São Paulo, mas o Brasil inteiro”, disse Monica Porto. “Áreas

● **Impulso**
“Incentivo fiscal pode estimular empresas”
Carlos E. G. de Almeida
CONSELHEIRO DO CBCS

urbanas são profundamente impactadas pela variabilidade climática.” Ela vê enorme fragilidade no fato de 9,5 milhões de paulistanos dependerem de uma única fonte de abastecimento, referindo-se ao Sistema Cantareira, que vem batendo recordes negativos.

O conselheiro Roberto de Souza, do CBCS, destacou o crescimento do número de obras sustentáveis desde 2007

**Borges.** ‘Preço de mercado’**IPI.** Monica sugere redução

quando foi construído o primeiro prédio com selo Leed no Brasil. “O avanço tecnológico foi fantástico na cadeia de projetos, fabricantes e construtoras”, disse. Segundo estudo da GBC Brasil e EY, o valor global das construções “verdes” com selo Leed somou R\$ 13,6 bilhões no País em 2013.

Outra chance de sustentabilidade é AQUA-HQE, de origem francesa e adaptada pela

Fundação Vanzolini, que certificou mais de 300 edificações e dez mil unidades habitacionais.

O Scenarium Brás Leme, da construtora Tarjab, é um residencial com selo Aqua, que adota bacias sanitárias com sistema duplo para descarga de resíduos, medição individualizada de água nas unidades, captação pluvial para irrigação de jardins e lavagem de solos, entre outros itens. Localizado na zona norte da capital, o lançamento tem duas torres, de 14 andares, com 168 apartamentos de 2 e 3 dormitórios, de 65 e 88 m².

O estudo da GBC e EY estima que o custo da obra sobe, em média, de 1% a 7% em relação à construção tradicional. Carlos Borges, que também preside a Tarjab, disse que o problema é o consumidor pagar por isso. “O cliente acha bacana, mas a referência de preço que ele quer pagar é o menor praticado pelo mercado”, afirma.

O professor da Escola Politécnica da USP e coordenador do Comitê Técnico de Materiais do CBCS, Vanderley John, alerta para outro problema: a prática de greenwash, a maquiagem verde. “Empresas vendem a ideia de que tal solução reduz o impacto ambiental, mas tem gente comprando produto com carimbo verde que apresenta problemas de baixo desempenho”, diz.

Sua casa própria, com rapidez e simplicidade.

Crédito Imobiliário Bradesco A alegria é sempre igual. Só muda o endereço. Fale com seu Gerente Bradesco ou ligue 0800 273 3486 e conquiste a chave do seu sonho.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br @Bradesco facebook.com/Bradesco

Bradesco
Tudo de BRA para você.

Estudo incentiva a definição de políticas públicas

O estudo “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas” traz 25 recomendações de apoio à definição de políticas públicas para uso eficiente da água nas edificações. As ações são de caráter institucional, tecnológico, de qualidade e sustentabilidade, de conscientização e capacitação profissional.

No documento são considerados três aspectos: social (campanhas educativas), econômico (incentivos fiscais como isenção e subsídios para aquisição de equipamentos economizadores de água) e tecnológico (sistemas e componentes ecoeficientes).

Consumo. A gestão da demanda de água prevê monitoramento da variação dos indicadores de consumo, agindo no sistema predial. Os dados obtidos mostram que há um crescente consumo de água.

“Mantida a tendência, a capacidade de fornecimento não será suficiente para atender às necessidades da população, indústria e irrigação, que são os principais consumidores”, informa a publicação.

Elaborado pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentável em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (o PNUMA), a publicação contou com participação de entidades do setor e pode ser acessada no site do CBCS (www.cbcs.org.br).

Setor pede capacitação e linhas de financiamento

◆ Pesquisa mostra as demandas mais comuns para profissionais dos segmentos energético, hídrico e de material

A falta de informação e de profissionais capacitados foi a resposta mais citada – por 66% dos profissionais – na área de materiais. A pesquisa “Aspectos da construção sustentável e promoção de políticas públicas”

fez parte do estudo realizado pelo Conselho Brasileiro de Construção Sustentáveis (CBCS).

Além de pesquisa qualitativa com especialistas em materiais, energia e água, 381 pessoas das cinco regiões do Brasil, a maioria (55%) do Sudeste, responderam ao questionário na internet, de 23 de setembro a 1º de outubro.

Demandas comuns dos setores de material, hídrico e energético indicam carência de conhecimentos e de capacitação,

além da necessidade de criação de ferramentas e linhas de financiamento. A maioria (55%) pede financiamento para implantação de soluções de eficiência energética. Na área de materiais, a reivindicação é por incentivos para escolha de materiais (34%) e reciclagem (30%). Em ações ligadas à água, 47% cobram regulamentação de padrão de desempenho para novas edificações.

No segmento de materiais, 38% defendem criação de um banco de dados público de Análise do Ciclo de Vida (ACV), com dados de produtos nacionais. A ACV é a ferramenta para quantificar o impacto ambiental decorrente da fabricação

dos materiais.

“A ACV só é viável para grandes empresas”, explicou o professor da Escola Politécnica da USP e coordenador do Comitê Técnico de Materiais do CBCS, Vanderley John. Sua proposta é a ACV Modular (ACV-m), implementada no setor de blocos de concreto. “Pode ser feita por pequenas e médias empresas.”

A ferramenta modular “vai abrir esse mercado” no Brasil. “É uma forma de se diferenciar dos setores que constroem sem conhecimento nem tecnologia”, afirmou. “Valoriza a profissão, diminui o impacto ambiental, aumenta a eficiência das empresas e melhora o Brasil. E, para mim é o futuro.”

**John.** Defende ferramenta para setor de blocos de concreto